Como os jovens leem a geopolítica mundial a partir de diferentes mediações: da imprensa tradicional à internet

Em 2017, quando defendi minha dissertação de mestrado, busquei compreender como eram formados os imaginários geopolíticos de estudantes do ensino médio a partir das informações que consumiam nos diferentes tipos de mídia. A pesquisa foi conduzida com a exibição de imagens e a aplicação de questionários a 600 alunos. Foi constatado que os imaginários geopolíticos desse público (ou seja, as representações mentais e discursivas que orientam a leitura e a interpretação do espaço mundial) eram formados com base nos conteúdos presentes na chamada grande mídia brasileira, veículos como Globo, Folha e Veja. Atores geopolíticos e sistemas econômicos representados positivamente nos noticiários, como os Estados Unidos e o capitalismo, também eram vistos positivamente pelos participantes. Do mesmo modo, a Venezuela e a Civilização Islâmica, por exemplo, estigmatizadas constantemente nas telas da GloboNews ou nas páginas da Folha de S.Paulo, eram percebidas de forma negativa pelos alunos. Na época, chamava atenção o fato de a geopolítica ser um assunto secundário nos noticiários, repercutindo no desinteresse do público de maneira geral.

Quase uma década depois, no pós-doutorado que estou finalizando no IFMG – *campus* Ouro Preto, decidi realizar uma pesquisa semelhante, agora com 370 estudantes do ensino médio. A comparação entre os dois momentos indica uma reconfiguração das formas de mediação, mas não uma ruptura completa.

A primeira mudança é quantitativa. Hoje, 97% dos alunos afirmam obter informações sobre o cenário internacional prioritariamente pelas redes sociais. Apenas 3% citam telejornais ou jornais impressos como fonte principal. A grande mídia deixou de ser o canal privilegiado, embora continue sendo, pelo menos em relação a questões internacionais, a pauta que as redes reverberam. O que chega ao *feed* do Instagram muitas vezes surge de uma manchete da Folha ou de uma reportagem do Jornal Nacional, recortada, comentada, mas ainda tributária da agenda que os grandes conglomerados definem.

A análise das respostas obtidas revelou três padrões recorrentes na relação entre a pauta midiática e a apreensão dos fatos pelos estudantes. O primeiro é o esquecimento: quando um tema geopolítico deixa de ser noticiado, os alunos perdem as referências sobre ele. É o que se observa no caso do conflito entre Rússia e Ucrânia. Passados quatro anos do início da invasão, a repercussão do conflito no Leste Europeu diminuiu gradativamente nos noticiários. Sem a mídia para relembrar constantemente esse acontecimento, a maioria dos alunos demonstrou pouco ou nenhum conhecimento sobre a guerra. Isso não significa que os noticiários determinem o que as pessoas pensam, mas a visibilidade midiática é fundamental para pautar a agenda pública em relação aos acontecimentos internacionais. Se não está na imprensa, o interesse tende a ser menor (ou mesmo inexistente).

O segundo padrão é a opinião, que se verifica quando o assunto permanece em evidência. É o caso da Questão Palestina. O recrudescimento do genocídio do povo palestino, após a contraofensiva dos grupos de resistência em 7 de outubro de 2023 e a reação desproporcional do Estado sionista (devastando a infraestrutura de Gaza e assassinando indiscriminadamente sua população), teve grande repercussão tanto na grande mídia quanto na imprensa alternativa e nas redes sociais. Com o genocídio exposto em imagens e vídeos, é improvável que os alunos formulem suas opiniões a partir do discurso da "defesa de Israel". As manipulações midiáticas favoráveis à ideologia imperialista não surtem os mesmos efeitos de outrora nesse ponto específico. Contudo, o rótulo "Hamas terrorista" está presente nos imaginários dos estudantes. Isso significa que a repetição insistente de um discurso nos meios de comunicação de massa aumenta a probabilidade de que ele seja reproduzido pelo público.

O terceiro padrão observado é a percepção, que surge diante de acontecimentos ainda em andamento, "no calor do momento". É o que se observou em relação às agressões dos Estados

Unidos à Venezuela e ao posterior sequestro do presidente Nicolás Maduro (em janeiro de 2026). Ao serem perguntado sobre essa questão, a maioria dos participantes limitou-se a descrever os eventos, captando apenas os dados brutos. Eles possuem meras percepções sobre os ataques, pois ainda não houve tempo hábil tanto para processarem os fatos e formularem opiniões (como no caso da geopolítica palestina) quanto para esquecerem o que aconteceu (a exemplo do conflito Rússia-Ucrânia).

Mas o quadro é desigual, e os casos do Irã e da Coreia do Norte são emblemáticos. Ausentes do noticiário internacional no período da pesquisa, esses países apareceram nas respostas de alguns alunos por meio de informações falsas – como a crença de que mulheres iranianas são obrigadas a servir o exército, ou que um norte-coreano, ao ver a casa em chamas, deve antes salvar a moldura da foto do presidente. São estereótipos consolidados há décadas no imaginário ocidental, abstratos e resistentes, que o acesso a fontes alternativas não desmonta por si só. A eficácia das redes sociais para desconstruir a narrativa hegemônica sobre Gaza não se repete automaticamente para corrigir distorções sobre países que não estão no centro da atenção midiática.

As redes sociais, com suas lógicas algorítmicas, não são necessariamente uma solução para a desinformação geopolítica. Elas também reforçam bolhas, simplificam discursos e amplificam conteúdos de forte apelo emocional. A comparação entre as duas pesquisas indica, portanto, não o fim da influência da grande mídia, mas a emergência de um ecossistema informacional híbrido, no qual diferentes regimes de mediação coexistem e se contradizem. Em alguns casos, como Gaza, as redes sociais conseguem furar o bloqueio editorial e produzir efeitos contra-hegemônicos. Em outros, como o Irã ou a Coreia do Norte, o silêncio midiático combinado com estereótipos antigos produz um terreno propício à desinformação.

Essa constatação tem uma implicação pedagógica. O problema está tanto no que a grande imprensa mostra quanto no que ela silencia, e as redes sociais, por si só, não resolvem essa equação. Sem uma mediação crítica e escolarizada, o ecossistema digital pode reforçar bolhas e estereótipos em vez de ampliar horizontes. Daí a urgência do Letramento Midiático e Informacional nas escolas. Não se trata de "transmitir" conteúdos programáticos, mas de formar leitores, ouvintes, telespectadores e internautas capazes de confrontar narrativas, identificar lacunas e perceber os interesses subjacentes às coberturas jornalísticas (tanto as da grande mídia quanto as dos *feeds* das redes sociais). A Geografia, nesse contexto, ocupa uma posição estratégica: mais do que ensinar onde ficam os países, cabe ensinar como se constroem os imaginários sobre eles.

As imagens de Gaza mostram que é possível furar bloqueios editoriais e transformar percepções. O Irã e a Coreia do Norte nos lembram que nem toda distorção se desfaz com um vídeo compartilhado. Entre as manchetes manipuladas da Globo e as fake news das redes sociais, há um espaço que só a escola (com sua mediação crítica, ética e plural) pode ocupar. Caso contrário, seguiremos trocando uma manipulação por outra, acreditando que escapamos da "caverna" quando apenas mudamos de "parede".

Francisco Fernandes Ladeira
Jornalista, Professor de Geografia e pesquisador de pós-doutorado no IFMG - Campus Ouro Preto